

10. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE








10.1. LEGISLAÇÃO FEDERAL

Os instrumentos legais, nas esferas federal, estadual e municipal, como leis, decretos, resoluções e outras normas, tanto as referentes ao meio ambiente como em particular as que envolvem direta e indiretamente empreendimentos congêneres, serão citados em dispositivo e ementa.


10.1.1. Constituição Federal


No Capítulo VI, do Meio Ambiente, o Art. 225 expressa que "todos têm direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", atribuindo ao Poder Público a responsabilidade da aplicação das medidas eficazes no cumprimento do preceito protecionista. A Constituição assegurou-lhes as prerrogativas: criação de espaços territoriais que devem ficar a salvo de qualquer utilização ou supressão, a não ser que a lei expressamente o autorize; exigir, na forma da lei, precedentemente à instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo do impacto ambiental ao qual se dará publicidade; obrigar os que exploram recursos minerais, a recuperar o meio ambiente degradado de acordo com as soluções técnicas exigidas pelo órgão público competente, na forma da lei; e, impor sanções penais e administrativas aos que desenvolvem atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sejam pessoas físicas ou jurídicas, sem prejuízo da obrigação de recuperação dos danos causados.


10.1.2. Leis Federais


-  LEI N°. 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965 – Institui o Novo Código Florestal.
-  LEI N°. 5.197, DE 03 DE JANEIRO DE 1967 – Dispõe sobre proteção à fauna silvestre e dá outras providências.
-  LEI N°. 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências (alterada pela Lei N°. 7.804, de 18 de julho de 1989).
-  LEI N°. 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências.
-  LEI N°. 7.803, DE 16 DE JULHO DE 1989 – Altera a redação da Lei N°. 4.771, (Código Florestal) de 15 de setembro de 1965, e revoga as leis N^{os} 6.535, de 15 de junho de 1978 e 7.511, de julho de 1986.
-  LEI N°. 7.804, DE 18 DE JULHO DE 1989 – Altera a Lei N°. 6.938, de 31 de agosto de 1981; a Lei N°. 7.735, de 22 de fevereiro de 1989; a Lei N°. 6.803, de 02 de junho de 1980; a Lei N°. 6.902, de 21 de abril de 1981 e dá outras providências.
-  LEI N°. 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 – Dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente, estabelece mecanismos efetivos de


punição e reparação de danos ecológicos e dá outras providências.


 LEI N°. 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei N°. 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei N°. 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

 LEI N°. 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 – Dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente, estabelece mecanismos efetivos de punição e reparação de danos ecológicos e dá outras providências (alterada pela Lei N°. 11.284/06).


 LEI N°. 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999 – Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.


 LEI N°. 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 – Regulamenta o art. 225 § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC e dá outras providências.

 LEI N°. 10.165, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000 – Altera a Lei N°. 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.


 LEI N°. 10.650, DE 16 DE ABRIL DE 2003 – Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA. Estabelece que os órgãos e entidades da Administração Pública, direta, indireta e fundacional, integrantes do SISNAMA, ficam obrigados a permitir o acesso público aos documentos, expedientes e


processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico. O indeferimento de pedido de informações ou consulta a processos administrativos deverá ser motivado.


 LEI N°. 11.445 DE 05 DE JANEIRO DE 2007 - Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis N°. 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei N°. 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências.


 LEI N°. 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei N°. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.


10.1.3. Decretos Federais


 DECRETO N°. 23.793, DE 23 DE JANEIRO DE 1934 – Aprova o Código Florestal.


 DECRETO-LEI N°. 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937 – Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

 DECRETO N°. 28.481, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 – Dispõe sobre a poluição das águas.


 DECRETO-LEI N°. 303, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 – Cria o Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental e dá outras providências.


 DECRETO N°. 79.367, DE 09 DE MARÇO DE 1977 – Estabelece o padrão da potabilidade da água.


 DECRETO N°. 84.426, DE 24 DE JANEIRO DE 1980 – Dispõe sobre a erosão, uso e ocupação do solo, poluição da água e poluição do solo.


 DECRETO N°. 89.532, DE 06 DE ABRIL DE 1984 – Acrescenta incisos ao Art.


37, do Decreto N°. 88.351, de 10 de junho de 1983, que regulamenta a Política Nacional do Meio Ambiente.


 DECRETO N°. 88.351, DE 01 DE JANEIRO DE 1985 – Regulamenta a Lei N°. 6.938, de 31 de agosto de 1981 e a Lei N°. 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõem respectivamente sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.


 DECRETO N°. 97.628, DE 10 DE ABRIL DE 1989 – Regulamenta o artigo 21 da Lei N°. 4.771, de 15 de setembro de 1965 – Código Florestal e dá outras providências.

 DECRETO N°. 97.632, DE 10 DE ABRIL DE 1989 – Dispõe sobre a regulamentação do art. 2º, inciso VIII da Lei N°. 6.938, de 31 de agosto de 1981 e dá outras providências.

 DECRETO N°. 97.635, DE 10 DE ABRIL DE 1989 – Regula o artigo 27 do Código Florestal e dispõe sobre a prevenção e combate a incêndio florestal e dá outras providências.


 DECRETO N°. 3.179, DE 21 DE SETEMBRO DE 1999 – Regulamenta a Lei N°. 9.605/98, que dispõe sobre crimes ambientais.

 DECRETO N°. 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002 – Regulamenta artigos da Lei N°. 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.


 DECRETO N°. 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para a apuração dessas infrações, e dá outras providências.


 DECRETO N°. 6.848, DE 14 DE MAIO DE 2009 – Altera e acrescenta


dispositivos ao Decreto N°. 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.


 DECRETO N°. 7.271, DE 21 DE JUNHO DE 2010 - regulamenta a Lei Federal N°. 11.445/2007 que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.


10.1.4. Resoluções


 RESOLUÇÃO CONAMA N°. 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1986 – Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.


 RESOLUÇÃO CONAMA N°. 011, DE 18 DE MARÇO DE 1986 – Altera e acrescenta incisos na Resolução N°. 001/86 que institui o RIMA.


 RESOLUÇÃO CONAMA N°. 010, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1988 – Dispõe sobre Áreas de Proteção Ambiental e Zoneamento Ecológico/Econômico.

 RESOLUÇÃO CONAMA N°. 06 DE 15 DE JUNHO DE 1988 - Disciplina que no processo de licenciamento ambiental de atividades industriais, os resíduos gerados ou existentes deverão ser objeto de controle específico.









 RESOLUÇÃO CONAMA N°. 005, DE 15 DE JUNHO DE 1989 – Institui o Programa Nacional de Controle de Qualidade do AR (PRONAR).

 RESOLUÇÃO CONAMA N°. 003, DE 28 DE JUNHO DE 1990 – Estabelece padrões de qualidade do ar.





 RESOLUÇÃO CONAMA N°. 20, DE 18 DE JUNHO DE 1986 – Estabelece a classificação das águas, segundo seus usos preponderantes.

 RESOLUÇÃO CONAMA N°. 237, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1997 – Determina a revisão dos procedimentos e critérios




utilizados para o licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua, instituída pela Política Nacional do Meio ambiente.


















-  RESOLUÇÃO CONAMA N°. 04, DE 09 DE OUTUBRO 1995 – Estabelece as Áreas de Segurança Aeroportuária – ASA.
-  RESOLUÇÃO CONAMA N°. 302, DE 20 DE MARÇO DE 2002 – Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Área de Preservação Permanente reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.
-  RESOLUÇÃO CONAMA N°. 303, DE 20 DE MARÇO DE 2002 – Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Área de Preservação Permanente, e dá outras providências.
-  RESOLUÇÃO CONAMA N°. 307, DE 05 DE JUNHO DE 2002 – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
-  RESOLUÇÃO CONAMA N°. 313, DE 29 DE OUTUBRO DE 2002 – Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.
-  RESOLUÇÃO CONAMA N°. 357, DE 17 DE MARÇO DE 2005 – Dispõe sobre a classificação dos corpos d'água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes e dá outras providências.
-  RESOLUÇÃO CONAMA N°. 369, DE 28 DE MARÇO DE 2006 – Determina os casos em que é possível a intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente.
-  RESOLUÇÃO CONAMA N°. 371, DE 06 DE ABRIL DE 2006 – Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para

o cálculo, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei N°. 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências.


-  RESOLUÇÃO CONAMA N°. 396, DE 03 DE ABRIL DE 2008 – Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.
-  RESOLUÇÃO CONAMA N°. 420, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009 – Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.
-  RESOLUÇÃO CONAMA N°. 422, DE 23 DE MARÇO DE 2010 – Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental, conforme Lei N°. 9.795, de 27 de abril de 1999, e dá outras providências.
-  RESOLUÇÃO CONAMA N°. 429, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2011 – Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APPs.

10.1.5. Normas Técnicas


-  ABNT NBR 10004:2004 - Resíduos sólidos – Classificação.
-  ABNT NBR 10005:2004 - Procedimento para obtenção de extrato lixiviado de resíduos sólido.
-  ABNT NBR 10006:2004 - Procedimento para obtenção de extrato solubilizado de resíduos sólidos.

-  ABNT NBR 10007:2004 - Amostragem de resíduos sólidos.
-  ABNT NBR 10703:1989 – Degradação do solo – Terminologia.
-  ABNT NBR 11174:1990 - Armazenamento de resíduos classes II - não inertes e III - inertes - Procedimento.
-  ABNT NBR 12988:1988 – Líquidos Livres – Verificação em amostras de resíduos.
-  ABNT NBR 13896:1997 - Aterros de resíduos não perigosos - Critérios para projeto, implantação e operação.
-  ABNT NBR 15.849: 2010 - Resíduos sólidos urbanos – Aterros sanitários de pequeno porte – Diretrizes para localização, projeto, implantação, operação e encerramento.
-  ABNT NBR 13.221: 2010 – Transporte terrestre de resíduos.
-  ABNT NBR 15113:2004 - Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes - Aterros - Diretrizes para projeto, implantação e operação.
-  ABNT NBR 13463:1995 - Coleta de resíduos sólidos.
-  ABNT NBR 10664:1989 - Águas - Determinação de resíduos (sólidos) - Método gravimétrico - Método de ensaio.
-  PORTARIA MINTER N°. 124, DE 20 DE AGOSTO DE 1980 – Estabelece normas para a proteção dos cursos d'água.
-  PORTARIA INTERMINISTERIAL N°. 917, DE 06 DE JUNHO DE 1982 – Dispõe sobre mobilização de terra, poluição da água, do ar e do solo.
-  PORTARIA IPHAN N°. 07, DE 01 DE DEZEMBRO DE 1988 – Dispõe sobre a fiscalização das atividades que envolvem bens de interesse arqueológico e pré-histórico do País e estabelece os procedimentos necessários a comunicação prévia, às permissões e as autorizações para escavações e pesquisas em propriedades articulares.
-  PORTARIA IPHAN N°. 230, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2002 – Dispõe sobre a compatibilização das fases de obtenção de licenças ambientais com estudos arqueológicos para empreendimento capazes de afetar o patrimônio arqueológico na sua área de intervenção.
-  PORTARIA ANVISA N°. 518 DE 25 DE MARÇO DE 2004 - Estabelece os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, e dá outras providências.
-  PORTARIA MMA N°. 126 DE 27 DE MAIO DE 2004 – Reconhece as Áreas Prioritárias para Conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira.
-  PORTARIA MMA N°. 09 DE 23 DE JANEIRO DE 2007 - Reconhece as Áreas Prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira e define o prazo de no máximo 5 anos para revisão da lista de áreas prioritárias, pela Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO.




10.1.6. Medidas Provisórias

-  MEDIDA PROVISÓRIA N°. 1.710, DE 07 DE AGOSTO DE 1998 – Acrescenta dispositivos da Lei N°. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

10.1.7. Portarias Federais

-  PORTARIA MINTER N°. 231, DE 27 DE ABRIL DE 1976 – Trata dos padrões de qualidade do ar.

10.1.8. Instruções Normativas



-  INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA N°. 03, DE 26 DE MAIO DE 2003 – Apresenta a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção.
-  INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA N°. 06, DE 23 DE SETEMBRO DE 2008 – Apresenta a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção.
-  INSTRUÇÃO NORMATIVA ICMBIO N°. 5, DE 2 DE SETEMBRO DE 2009 – Estabelece procedimentos para a análise dos pedidos e concessão da autorização para o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos que afetem as unidades de conservação federais, suas zonas de amortecimento ou áreas circundantes.









10.2. LEGISLAÇÃO ESTADUAL

10.2.1. Constituição Estadual do Ceará


O Capítulo VIII da Constituição Estadual dos Artigos 259 a 271 refere-se ao meio ambiente, sobre os direitos e deveres de preservá-los e sobre os mecanismos e formas de articulação do poder público e da coletividade visando à preservação de um ambiente equilibrado e uma sadia qualidade de vida para as futuras e presentes gerações.





10.2.2. Leis Estaduais

-  LEI N°. 10.148, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1977 – Dispõe sobre a preservação e controle dos recursos hídricos existentes no Estado e dá outras providências.
-  LEI N°. 11.411, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1987 – Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e cria o Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE e dá outras providências.




-  LEI N°.11.678, DE 23 DE MAIO DE 1990 – Acrescenta competência ao Conselho Estadual do Meio Ambiente estabelecida pela Constituição do Estado do Ceará e pela Lei N°. 11.564/89.
-  LEI N°.12.148, DE 29 DE JULHO DE 1993 – Dispõe sobre a realização de auditorias ambientais e dá outras providências.
-  LEI N°. 12.274, DE 05 DE ABRIL DE 1994 – Altera a Lei N°. 11.411, dando poderes sobre licenciamento e respectiva ação fiscalizadora.
-  LEI N°. 12.488, DE 13 DE SETEMBRO DE 1995 – Dispõe sobre a Política Florestal do Ceará e dá outras providências.
-  LEI N°. 12.685, DE 09 DE MAIO DE 1997 – Altera dispositivo da Lei N°. 12.148 de 29.07.93, que dispõe sobre auditorias ambientais no Estado do Ceará.
-  LEI N°. 13.103, DE 24 DE JANEIRO DE 2001 – Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá providências correlatas.
-  LEI N°. 12.494, DE 04 DE OUTUBRO DE 1995 - Dispõe sobre a fiscalização e controle da emissão de poluentes atmosféricos por veículos automotores no Estado do Ceará.
-  LEI N°. 13.892, DE 31 DE MAIO DE 2007 – Dispõe sobre a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, e o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.







10.2.3. Decretos Estaduais

-  DECRETO N°. 20.764, DE 08 DE JUNHO DE 1990 – Dispõe sobre os padrões de qualidade do ar no território cearense para fins de prevenção e controle da poluição atmosférica de veículos automotores do ciclo diesel.

-  DECRETO N°. 24.207, DE 30 DE AGOSTO DE 1996 – Regulamenta as Leis N°s 12.494, de 04 de outubro de 1995, e 12.533, de dezembro de 1995, que dispõem sobre a fiscalização e controle de emissão de poluentes atmosféricos por veículos automotores no Estado do Ceará.
-  DECRETO N°. 24.221, DE 12 DE SETEMBRO DE 1996 – Regulamenta a Lei N°. 12.488, de 13 de setembro de 1995, que dispõe sobre a política florestal do Estado do Ceará.
-  DECRETO N°. 26.604, DE 16 MAIO DE 2002 - Regulamenta a lei de N°. 13.103, de 24 de Janeiro de 2001, que dispõe sobre a política estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Ceará.
-  DECRETO LEI N°. 27.413 DE 30 DE MARÇO DE 2004 – Estabelece a carnaúba (*Copernicia prunifera*) como árvore símbolo do Ceará e condiciona a sua derrubada e corte a autorização do órgão estadual competente.






10.2.4. Outras Normas

-  PORTARIA/SEMACE N°. 14, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1989 – Estabelece normas técnicas e administrativas do sistema de licenciamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais no Estado do Ceará.
-  RESOLUÇÃO COEMA N°. 20, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1998 - Estabelece diretrizes para a cooperação técnica e administrativa com os órgãos municipais de meio ambiente, visando ao licenciamento e a fiscalização de atividades de impacto ambiental local e dá outras providências.
-  INSTRUÇÃO NORMATIVA N°. 01, DE 04 DE OUTUBRO DE 1999 – Normatiza os procedimentos administrativos para exploração florestal, o uso alternativo do solo e para a queimada controlada das florestas e demais formas de vegetação em todo o Estado do Ceará e dá outras providências.


-  PORTARIA/SEMACE N°. 201, DE 13 DE OUTUBRO DE 1999 – Estabelece normas técnicas e administrativas necessárias à regulamentação do sistema de licenciamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais.
-  PORTARIA/SEMACE N°. 154, DE 22 DE JULHO DE 2002 – Dispõe sobre os padrões e condições para lançamento de efluentes líquidos gerados por fontes poluidoras.
-  RESOLUÇÃO COEMA N°. 09, DE 29 DE MAIO DE 2003 – Institui o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental, e estabelece normas e critérios relativos a fixação do seu valor, modo, lugar e tempo do pagamento, bem como a quem deve ser pago e a aplicação desses recursos à gestão, fiscalização, monitoramento, controle e proteção do meio ambiente no Estado do Ceará.
-  RESOLUÇÃO COEMA N°. 08, 15 DE ABRIL DE 2004 – Institui os critérios de remuneração dos custos operacionais e de análise do licenciamento e autorização ambiental de atividades modificadoras do meio ambiente no território do Estado do Ceará.
-  INSTRUÇÃO NORMATIVA N°. 01/2010 – Dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da SEMACE.
-  INSTRUÇÃO NORMATIVA N°. 02, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010 – Regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição das sanções, a defesa ou impugnação, o sistema recursal e a cobrança de multa e sua conversão em prestação de serviços de recuperação, preservação e melhoria da qualidade ambiental no âmbito da SEMACE.

10.3. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

10.3.1. Leis Municipais

-  LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CAUCAIA, DE 05 DE JUNHO DE 1990.
-  LEI N°. 1.366, DE 15 DE MAIO DE 2001 – Dispõe sobre a Lei de Organização Territorial do município de Caucaia.
-  LEI N°. 1.367, DE 15 DE MAIO DE 2001 – Dispõe sobre a Política Ambiental do município de Caucaia e dá outras providências.
-  LEI N°. 1.369, DE 15 DE MAIO DE 2001 – Dispõe sobre a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do município de Caucaia.
-  LEI N°. 1.798, DE 2006 – Dispõe sobre as Áreas Especiais de Interesse Urbanístico do Município de Caucaia, altera a Lei N°. 1.641, de 28 de abril de

2005, dá nova redação aos dispositivos da Lei N°. 1.366, de 15 de maio de 2001 (Lei da Organização Territorial), Lei N°. 1.368, de 15 de maio de 2001 (Lei do Sistema Viário), Lei N°. 1.369, de 15 de maio de 2001 (Lei do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo), Lei N°. 1.370, de 15 de maio de 2001 (Código de Obras e Posturas), que passa a vigorar de acordo com esta Lei e dá outras providências.

-  LEI N°. 2.292, DE 26 DE JANEIRO DE 2012 – Modifica os artigos 24, 27, 28 e 39, anexo VI-A e IX-B da Lei N°. 1.369, de 15 de março de 2001 – Lei do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo -, modifica o artigo 1º da Lei N°. 2.142, de 29 de abril de 2010, o art. 19 da Lei N°. 2.248, de 10 de agosto de 2011 e altera a delimitação da Área de UP.1.2 que passam a vigorar de acordo com esta lei.